



32454718



08004.000173/2025-66



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (32455298)

Data	24/06/2025	
Local	Microsoft Teams	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	David de Lima Freitas	SPO/SE
2	Cristina Ninô Biscaia	SENACON
3	João Pimenta Staub	SENACON
4	Fabiana Vieira de Queiroz	SENAJUS
5	Maria do Carmo Rodrigues Macedo	SENAJUS
6	Priscilla Oliveira	SENASP
7	Genivaldo dos Santos Costa	SENASP
8	Lício Joaquim da Silva Rêgo	SENAPPEN
9	Andreia Prima Olivo	SENAPPEN
10	Ana Carolina Rocha de Carvalho	SENAPPEN
11	Núbia Augusto de Sousa Rocha	ANPD

12	Danyela Félix	ANPD
13	Daniel Russo	PF
14	Ludimila Gomes de Amorim Mota	PF
15	Monique Rodrigues	PF
16	Ronaldo Alves Nogueira	AECI
17	Adenísio Alvaro de Souza	AECI
18	Isabelle Henriques	PRF
19	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF
20	Pedro Henrique de Moraes Cicero	SAJU
21	Ewandjoecy Francisco de Araújo	SAJU
22	Maria Cecília da Silva Lima	SENAD
23	Denise de Carvalho Pires Fulton	SENAD
24	Nathalie Fragoso e Silva Ferro	SEDIGI
25	Ediane de Assis Bastos	SEDIGI
26	Bruna Cardoso dos Santos	CADE
27	André Botelho Vilaron	CADE
28	Glauberto Antonio Rodrigues Alves	CGOF/SPO/SE
29	Bruna Ignácio Moreira	CGGE/SPO/SE

1. A reunião foi iniciada pelo Sr. David Freitas, Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE), conforme apresentação (32455253). Na sequência, foi apresentada a iniciativa “Governança em Ação”, cujo propósito é transformar as reuniões em espaços de compartilhamento de boas práticas de governança. A proposta é que, a cada encontro, uma unidade apresente suas experiências e iniciativas bem-sucedidas, promovendo a troca de conhecimentos e o fortalecimento da cultura de governança no órgão.

2. O Sr. Daniel Russo, perito da Polícia Federal (PF), apresentou a iniciativa de inovação do órgão, com destaque para a criação de uma unidade de inovação institucionalizada. Essa unidade busca constantemente estabelecer parcerias, como com o Sebrae, por meio do programa CatalisaGov, e com a Microsoft, por meio da iniciativa Garagiá. Nesse contexto, foi apresentada a jornada de inovação que implementou a plataforma “Ideias PF”, a qual gerou soluções, entre elas o aprimoramento do processo de restituição de taxas de passaporte, tornando-o mais eficiente e reduzindo custos significativos para a PF. Também foi apresentada a iniciativa de implantação do uso de Inteligência Artificial (IA), com mais de 30 ações em andamento, promovendo, por exemplo, a melhoria dos processos de imigração com base nessa

tecnologia. Por fim, o servidor Daniel Russo destacou o evento de inovação realizado anualmente na unidade, o “Inova Lab PF”, previsto para setembro de 2025, com a apresentação de ações nesta temática.

3. Na sequência, foi iniciada a pauta sobre o monitoramento das políticas públicas. Foi informado que o monitoramento quantitativo referente ao mês de junho foi concluído sem pendências na coleta de indicadores pelas unidades.

4. Deu-se início à apresentação de monitoramento de políticas públicas com a exposição da “Política de Trabalho no Sistema Penal”, da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), realizada pelo Sr. Abel, Diretor da unidade. Foi apresentado que o objetivo desta política é a inclusão produtiva de pessoas privadas de liberdade. Em 2024, a política alcançou um percentual de execução orçamentária de 98,9%, com utilização de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). No âmbito do Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (PROCAP), estão atualmente vigentes 31 convênios, que estruturam 311 oficinas permanentes, com previsão de capacitação de até 95.049 pessoas presas. As atividades desenvolvidas nessas oficinas incluem malharia, serralheria, panificação, corte e costura, e produção de blocos e tijolos ecológicos, entre outras. No caso do PROCAP Mulheres, foram firmados 12 convênios, com previsão de 19 oficinas voltadas especificamente à capacitação de mulheres privadas de liberdade, com a meta de atender 1.279 pessoas. Em relação aos dados de execução e indicadores, o planejamento estratégico previa, para 2024, a meta de 166.000 pessoas presas em atividades laborais. A meta foi superada, atingindo-se 183.477 pessoas envolvidas, o que representa 20,26% da população prisional. A apresentação destacou a revisão da fórmula do indicador do Plano Plurianual (PPA), que passou a considerar apenas as pessoas em regime de cela física.

5. Além das entregas físicas, destacaram-se ações institucionais, como a realização do V Ciclo do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional (Selo Resgata) e do VI Seminário Nacional sobre Fomento ao Trabalho no Sistema Penal. Também foram aprovados os planos estaduais de trabalho. Por fim, a Senappen ressaltou a necessidade de alinhamento entre as metas do PPA 2024–2027 e o Plano Pena Justa, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto o PPA previa alcançar 30% de presos em atividades laborais até 2027, o Plano Pena Justa estipula metas mais ambiciosas: 30% já em 2025, 40% em 2026 e 50% em 2027.

6. Em seguida, foi iniciada a apresentação da “Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal”, realizada pelo perito Sr. Daniel Tapim, da Divisão de Gestão Estratégica e Inovação da Diretoria de Logística (DGE/DLOG/PF). O principal objetivo da política é prover a instituição com os meios necessários para o pleno cumprimento de sua missão constitucional, o que inclui o fortalecimento da atuação institucional, o fornecimento de recursos adequados e a capacitação continuada dos servidores. Nesse sentido, as entregas realizadas contemplaram a aquisição de viaturas operacionais e de apoio, aeronaves, veículos de uso especial (como os blindados), embarcações, armamentos, coletes e capacetes balísticos. Além disso, a PF adquiriu equipamentos para uso em fiscalização, resgate, inteligência policial e atividades correcionais, incluindo também equipamentos de proteção individual, de perícia e de laboratório.

7. Foram realizados investimentos em projetos e obras de engenharia, assim como na aquisição e desenvolvimento de sistemas, data centers, salas-cofre e demais recursos tecnológicos essenciais ao funcionamento institucional. Dentre as obras de infraestrutura destacam-se: a ampliação da Superintendência no Ceará; a construção de delegacias em Ponta Porã (MS), Cruzeiro do Sul (AC), Pacaraima (RR), Cascavel (PR), Campos dos Goytacazes (RJ), Fernando de Noronha (PE); e da nova Superintendência Regional de Minas Gerais.

8. Por fim, foram ressaltados os desafios relevantes, tais como a falta de previsibilidade orçamentária, entraves burocráticos, limitações técnicas e dificuldades impostas pelo próprio mercado fornecedor. Para superar essas dificuldades, a instituição reforçou a importância de soluções integradas, como a modernização da gestão, a revisão de editais, a diversificação de fornecedores e a capacitação permanente dos servidores envolvidos nos processos de aquisição.

Encaminhamentos:

Próxima reunião:

- 29/04/202, às 15h, sala 304, do Edifício Sede.
- Apresentações de monitoramento:
 - Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública (Senasp);
 - Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos (Senad).
- Informes:
 - Fase qualitativa da PLOA (prazo prorrogado até 27/06/2025), pontos de atenção:
 - Ações específicas para agendas transversais e ADPFs;
 - Programação específicas quando relacionadas às despesas de conservação e recuperação do patrimônio público;
 - Observar a planilha de vinculação das ações orçamentárias 2025 (31772660), em especial quanto à metodologia de vinculação do orçamento com a carteira de políticas públicas;
 - Analisar o produto das ações e dos planos orçamentários;
 - Os atributos “Título”, “Descrição”, “Produto”, “Especificação do produto” e “Unidade de Medida” devem ser coerentes entre si;
 - O atributo “Caracterização” deve conter uma descrição detalhada do que será feito no âmbito do Plano Orçamentário - PO.
 - Orçamento 2025 – Bloqueio e Contingenciamento:
 - Bloqueio (cancelamento): R\$ 153.514.687,00;
 - Contingenciamento (limitação temporária): R\$ 595.038.678,00.
 - Emendas parlamentares com baixa execução até o momento, com um total geral de R\$ 1.005.644.640,00 disponíveis para execução de políticas públicas;
 - Prestação de contas baseada no acompanhamento físico-financeiro
 - Revisão do planejamento estratégico com foco em projetos e indicadores, observando revisões propostas e aceitas no âmbito do PPA que refletem no Planejamento Estratégico 2024-2027.

Ao final, o senhor David Freitas agradeceu a participação dos membros da Comissão, reforçou os compromissos assumidos durante a reunião e informou que serão encaminhados aos participantes: as apresentações realizadas, a ata da reunião, o Manual da CT-CGE, a planilha de pontos focais e o modelo de apresentação do monitoramento.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 31/07/2025, às 16:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBERTO ANTONIO RODRIGUES ALVES, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 31/07/2025, às 17:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE CARVALHO PIRES FULTON, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 31/07/2025, às 17:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília da Silva Lima, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Substituto**, em 31/07/2025, às 17:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gizele Geralda Garcia Feitoza, Coordenador(a) de Orçamento e Finanças**, em 31/07/2025, às 18:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLE DE MORAIS HENRIQUES, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 07:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Rebouças Rodrigues, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 14:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 01/08/2025, às 19:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Moraes Cicero, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça**, em 04/08/2025, às 09:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EWANDJÔECY FRANCISCO DE ARAUJO, Coordenador(a)-Geral de Orçamento, Gestão Financeira e Transferências**, em 04/08/2025, às 13:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA VIEIRA DE QUEIROZ, Gerente de Projeto**, em 15/08/2025, às 17:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32454718** e o código CRC **BBEAC2C5**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.